

PARÁFRASE: UMA QUESTÃO DE DISCURSO E DE SUJEITO

Ruth Léa Santos

RESUMO

Este artigo é uma síntese de nossa dissertação, que consistiu na investigação da atividade parafrástica como estratégia argumentativa do sujeito, concebida como um ato de (re)formulação de um enunciado. Buscamos uma compreensão dessa argumentatividade e dos deslocamentos provocados pela paráfrase na efetiva participação do sujeito/autor ao realizar a estruturação textual na construção/produção de sentido do texto. Como estratégia metodológica recorreremos às categorias de paráfrase postuladas por Ribeiro (2001), ou seja, a modalizadora, intensificadora ou enfática, gradativa, referenciadora, explicativa, explicitadora e exemplificadora. Os resultados levaram a defesa de que a paráfrase é produzida argumentativamente, de acordo com o projeto de dizer do sujeito/autor, que na retomada de um 'já-dito', dito de outro modo, acrescenta outros novos sentidos ao texto.

Palavras-chave: Paráfrase, Argumentação, Sujeito, Construção de sentido.

1. INTRODUÇÃO

A escolha da atividade parafrástica como mote de pesquisa deve-se ao fato de ela ser um dos vetores estruturantes do discurso, que opera deslocamentos significativos na produção de sentidos. Essa atividade é repensada por diferentes correntes, mas, segundo Fuchs (1985), nos estudos linguísticos é vista sob três perspectivas: a lógica da equivalência formal; a gramatical da sinonímia e a retórica da reformulação. É nesta última que este trabalho se insere, considerado os princípios discursivos, que, dentro de uma concepção moderna, constituirão o eixo de abordagem da pesquisa.

Interessamo-nos na questão parafrástica, particularmente, pelo papel que o sujeito assume na própria construção e produção de sentido textual. Mediante tais aspectos, buscamos autores que dessem suporte a uma análise da paráfrase enquanto estratégia argumentativa do sujeito, que revelasse o “quadro” de suas escolhas e as funções que essa atividade pode assumir nesse processo. Nesse percurso são revisitadas discussões sobre a paráfrase que perpassam desde uma concepção lógico-formal até uma de vertente mais discursiva, enfatizando os autores como Fuchs (1982 e 1985) e Hilgert (2002). Contudo, a base teórica de sustentação está em Koch (2002a,b,c) e a metodológica em Ribeiro (2001). Cabe acentuar quanto à semelhança dos autores que formam o referencial teórico-metodológico, exceto Fuchs (1982, 1985), que analisa um *corpus* escrito, os demais autores investigam *corpus* oral. Quanto às diferenças, Koch (2002c) investiga se a paráfrase se apresenta como argumentativa, retórica ou didática; Hilgert (2002) observa os deslocamentos de sentido por ela provocados; Ribeiro (2001) centra-se no papel da argumentatividade do fenômeno. Fuchs (1982), além do percurso histórico, aborda o fenômeno de modo global. Contudo, todos esses autores apresentam como unidade de análise o aspecto enunciativo-discursivo da linguagem.

Em se tratando de um artigo-síntese da dissertação, o objetivo é apresentar ao leitor apenas o eixo central de desenvolvimento da pesquisa, isto é, os principais argumentos que a embasam e os resultados atingidos. De modo que, a seguir, apresentaremos sucintamente as principais bases teóricas que serviram de suporte para a pesquisa da atividade parafrástica enquanto estratégia argumentativa do sujeito.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa da atividade parafrástica é motivada pelo destaque da subjetividade envolvida na questão do fenômeno, por entendermos que esta é uma das questões centrais de linguagem que proporciona inúmeras possibilidades entre o dito e os modos de dizê-lo (consciente ou não) que interferem na produção de sentido. Subjetividade essa negada pelas concepções tradicionais da paráfrase, portanto, o que

suscita à discussão é o envolvimento do sujeito, o seu papel e a sua capacidade de interagir pela linguagem, pelas mais diversas formas e pelos mais diversos propósitos e resultados. Por esse ângulo, buscaremos situar neste estudo a atividade de (re)formulação para refletir sobre a ocorrência da paráfrase na linguagem escrita.

O recorte teórico-metodológico respalda-se na paráfrase como instância interativo-discursiva destinada à produção de sentidos, a partir de um ponto de vista intencional do enunciador/ locutor/ escritor. Entendida na linha de Fuchs (1982, p.175), para quem

la paraphrase est un phénomène langagier (c'est-à-dire une activité de langage menée par des sujets dans des situations de discours données), qui n'est que partiellement linguistique (c'est-à-dire s'appuyant sur des relations complexes em langue, qui contribuent à l'établissement d'un jugement de paraphrase, sans pour autant lè déterminer absolument).¹

Nesse sentido, carreamos também a atividade argumentativa dos sujeitos que realizam/participam da estrutura textual e da construção do sentido, o que implica a presença de outras vozes e, conseqüentemente, reescrituras polifônicas. Por esse ângulo, apoiamos-nos em Koch (2002c, p.79), na defesa de que a atividade parafrástica é um fazer textual, uma atividade de (re)formulação que, “em se fazendo”, vai adquirindo “forma” e “encorpando” o já dito num novo dito. Sob tal aspecto a paráfrase pode ser avaliada no entremeio das relações dialógicas e argumentativas. Desse modo, cumpre-nos observar de que maneira a paráfrase se articula na organização argumentativa – foco de investigação da pesquisa, já que, segundo Koch (2002a), filiando-se à corrente ducrotiana, a linguagem é essencialmente argumentativa.

¹ A paráfrase é um fenômeno linguageiro (isto é, uma atividade de linguagem realizada por sujeitos em situações de discurso dadas), que só é parcialmente linguística (isto é, que se apóia em relações complexas em língua, que contribuem para o estabelecimento de um julgamento de paráfrase, sem por causa disso determiná-lo absolutamente). Obs: Trecho da obra de Fuchs, C. *La paraphrase*, 1982, foi traduzido, para fins didático, pelo Prof. Dr. José Augusto de Carvalho.

A atividade de reformulação trata da retomada de um conteúdo de um texto fonte em um texto reformulado ou traduzido, como enfatiza Jakobson (1973); ato que conduz o estudo da paráfrase para uma perspectiva enunciativa, discursiva e pragmática da linguagem. Essa noção de reformulação ligada as interfaces dialógica e interacionista da linguagem nos reporta à metáfora que Authier-Revuz (1990, p.27) tomou a Bakhtin, na defesa de que “só o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não questionado, teria sido capaz de produzir um discurso livre do já dito da fala de outrem”. Temos, portanto, por hipótese que a paráfrase nunca é mera repetição de um conteúdo anteriormente dado, sendo ela um ato de (re)formulação, já que se constitui como uma atividade de um sujeito inserido em condições de produção específicas e com intencionalidades diferenciadas. Desse modo, a questão que este trabalho levanta é: qual a efetiva participação do sujeito/ autor na expressão da atividade parafrástica em função da construção/ produção de sentido do texto?

Dominique Maingueneau (2000, p.121) defende que

num sentido bem vasto, entendemos, por *reformulação* a transformação de uma unidade discursiva de tamanho variável (da palavra ao texto) em outra, considerada semanticamente ‘equivalente’ de uma maneira ou de outra. Essa operação assume contornos muito variados, segundo o nível no qual ela intervém, o tipo de discurso sobre o qual ela se estende e a natureza dessa transformação (grifo nosso).

Maingueneau (2000, p.121) postula dois tipos de paráfrase - a reformulação interdiscursiva - a transformação de um texto em outro; e a intradiscursiva - aquela em que o enunciador põe em relação duas unidades sucessivas de seu discurso apresentadas como equivalentes. Desse modo, entende Maingueneau (2000, p.122) que “na dinâmica da interação, a *reformulação* permite ao enunciador negociar os obstáculos que surgem [...]”; logo tende a ser uma prática discursiva negociada. Uma premissa relevante para a compreensão da paráfrase, o seu papel e a sua importância no jogo discursivo entre sujeitos que, de posse de um texto fonte, operam intervenções que, pela própria natureza humana, são intervenções sociais, portanto, interativas. Assim, análise

do paráfrase comporta também uma face metalinguística, porque, segundo Morato (2005, p.317)

podemos dizer da linguagem que ela é uma ação humana (ela predica, interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingência, transforma etc.) na mesma proporção em que podemos dizer da ação humana que ela atua também *sobre* a linguagem, [...] (grifo nosso).

Por conseguinte, a paráfrase é, então, vista a partir de uma concepção da linguagem, conforme anuncia Bakhtin [1979] (2000), inserida num processo de interação verbal, ou seja, uma comunicação dialógica que propicia, segundo Flores (2005, p.58), um “[...] espaço de tensão entre vozes sociais”. Acreditamos, pois com Koch (2002a,b,c), que os estudos acerca da paráfrase, inserida na perspectiva da (re)formulação, encontram-se no quadro geral da linguagem como interação, e esta se caracteriza, fundamentalmente, pela argumentatividade. Tomaremos desta autora os princípios de que o texto é a fonte propícia para análise, que é imbricado com a noção de discurso; e ainda que o sentido não está no texto. Por esse viés da escolha e do sentido construído a partir do texto (e não nele e por ele), a paráfrase pode ser assimilada para Koch (2002c, p.23) como atividade de formulação, que se constitui naqueles “[...] procedimentos a que recorrem os interlocutores para resolver, contornar, ultrapassar ou afastar dificuldades, obstáculos ou barreiras de compreensão”. Esse conceito abarca a paráfrase como uma estratégia textual do sujeito e um recurso linguístico-enunciativo de elevado teor argumentativo, capaz de imprimir ao texto matizes de sentidos diferenciados.

Em Ribeiro (2001), buscamos as categorias de análise apresentadas em sua dissertação de mestrado intitulada *A paráfrase: uma atividade argumentativa*. Em sua análise conclui que a paráfrase participa da atividade discursiva dos sujeitos, bem como da estruturação e construção do sentido do texto. Desse modo, postula sete categorias: a paráfrase modalizadora, intensificadora ou enfática, gradativa, referenciadora, explicativa, explicitadora e exemplificadora. Para Ribeiro (2001, p.95),

[...] as paráfrases funcionam como marcas que materializam as atividades argumentativas. A atividade parafrástica cumpre o papel de constantes retomadas, assinalando lugares de estratégias argumentativas que atuam na estruturação do discurso [...]. Nessas retomadas há sempre processos de re-significação, de algum modo.

Para autora, são essas marcas deixadas no movimento parafrástico que confirmam suas funções e, conseqüentemente, determinam sua categorização. Logo, o perfil dessas categorias demanda um olhar sobre os processos de re-significação da linguagem. De tal modo que, buscaremos investigar essas categorias ao analisarmos a subjetividade em redações de vestibular. Recorreremos às categorias porque permitem focalizar as estratégias textuais a que o sujeito recorre no ato de parafrasear, e, conseqüentemente, demonstrar, de certo modo, a “materialização/textualização” desse “fazer” persuasivo do sujeito no ato de argumentar. Ao buscar a subjetividade presente nos textos, admitimos com Koch (2002a, p.10) que o

[...] comunicar não é agir na explicitude linguística e sim montar o discurso envolvendo as intenções em modos de dizer cuja ação discursiva se realiza nos diversos atos argumentativos construídos na tríade do falar, dizer e mostrar (grifo da autora).

Sob esse tripé discursivo - falar, dizer e mostrar, assentamos nossa proposta de resgate da subjetividade e da argumentatividade inscritas nos textos, assumindo que a função básica da linguagem é acima de tudo possibilitar sentidos, e que a paráfrase participa, como estratégia discursiva, do processo de (re)leitura do mundo a ser discursivizado na (re)formulação. Desse modo, objetivamos contribuir para uma aproximação entre a discussão sobre a paráfrase e a efetiva produção de texto em salas de aula, na medida em que trazemos autores que a concebem sob o prisma da argumentatividade e que retiramos dela o “simplismo” da mera repetição, ou seja, “dizer a mesma coisa com outras palavras”. Entendemos que essa discussão sobre o processo parafrástico contribui para esclarecer o produtor de texto sobre os mecanismos da construção textual. Nesse sentido, as categorias se apresentam como passíveis de apreensão pelo professor e pelos alunos. Todavia, este

recorte' de aplicação das categorias implica uma fragmentação e/ou compartimentalização, apesar delas poderem ser multifuncionais; isso se explica pelo viés metodológico da pesquisa e da própria natureza dos exemplos selecionados,

Portanto, a proposta é demonstrar, por meio de redações de vestibular, o valor argumentativo da paráfrase, já que a discussão ainda não chegou às salas de aula ou manuais de redação. Uma tentativa de concretização dessa aproximação tão necessária, todavia não alcançada. Cabe acrescentar que a construção parafrástica não é apenas uma prática de um sujeito repetidor, mas de um sujeito discursivo-pragmático que, ao elaborar um "novo" texto, leva em conta que o interlocutor-leitor seja capaz de retomá-lo ou pelo contexto ou pelo seu conhecimento do mundo. Esses aspectos configuram a base de produção de sentidos para que o sujeito possa interagir discursivamente, mobilizando conhecimentos cristalizados (culturais, históricos, ideológicos, etc). O texto parafraseado é atravessado por elementos novos, tanto em relação às escolhas linguísticas quanto à estrutura sintática - que cumprem funções relevantes na argumentatividade, pois apresentam papéis diferenciados na reformulação. Essa estratégia possibilita apresentar um "já dito" com um novo olhar, sob diferentes contornos discursivos, o que imprime singularidade ao novo texto. De tal modo que, esta pesquisa parte de uma concepção de paráfrase vista como uma atividade de (re)formulação, inserida num quadro argumentativo-discursivo; atividade esta reveladora da intenção e da interação do sujeito que se faz e se constrói na e pela linguagem. Assumimos, portanto, que, na condução desta pesquisa, o processo de produção de sentidos é tributário da "inter-ação pela linguagem".

1. ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO PARAFRÁSTICA COMO ATIVIDADE DISCURSIVA

Pelo percurso construído, é inevitável dizer que a subjetividade está envolvida na questão da construção da paráfrase. Partimos da concepção de paráfrase vista como uma atividade de (re)formulação, inserida num

quadro de argumentatividade, que se faz presente em todos os atos comunicativos, como pontua Koch (2002c), revelando a intenção e a interação do sujeito que se constrói na e pela linguagem.

Quanto ao *corpus*, optamos por duas provas de redações da UFES, especificamente, a 3ª questão do vestibular/2006, denominadas A e B. Cada redação foi tomada de *per si*, não interessava a frequência na utilização das categorias, e sim a produção de sentido por elas evocada, além das diferenças de construção argumentativa de um texto para outro. A redação, vista a seguir, apresenta uma coletânea cujos argumentos são reformulados e apropriados pelos candidatos como argumentos próprios. Por isso, escolhemos esse *corpus*, pois nos interessam os tipos de estratégias, ou melhor, os modos de abordagem das paráfrases nas redações, tendo em vista as relações que estas estabelecem com a coletânea.

Haiti

*Quando você for convidado pra subir no adro,
da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos
pretos, dando porrada na nuca de malandros
pretos, de ladrões mulatos e outros quase
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres
São tratados (...)
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado.
Nem a lente do Fantástico.
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão.
(Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994)*

“Lançada pelo IBGE em junho de 2003, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras etnias brancas -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.”

(Mir, Luis. Guerra Civil: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004, p.81.)

Imagine a seguinte hipótese: você está inaugurando um jornal de uma Organização Não Governamental – voltada para a questão da injustiça social no Brasil.

Tendo em vista a canção Haiti, de Caetano Veloso e de Gilberto Gil, e a citação estatística de Luis Mir, escreva o editorial de inauguração do referido jornal.

Quatro: Coletânea e tema referente à 3ª questão do Vest/Ufes2006.

Ora, a letra da música Haiti, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, transcrita, a nosso ver, tematiza a questão do tratamento dado ao negro no Brasil e também aos pobres de modo geral, inclusive aos brancos pobres.

Tendo por base as categorias postuladas por Ribeiro (2001), passamos a observá-las nas redações, já que em si apontavam para a produção do sentido e para a presença da subjetividade. Além disso, as categorias nos permitem observar a paráfrase em profundidade, a partir do pulso da discursividade, da construção verbal, da interatividade, da dialogicidade textual e da produção de sentido. Tais concepções abarcam intencionalidade, negociação, persuasão, enfim, uma argumentatividade na qual o “querer-dizer” do sujeito no discurso se faz na e pela linguagem. Vale frisar que embora as categorias apresentem na maioria dos casos apenas um único aspecto funcional, elas podem ser multifuncionais.

Tanto o “recorte” quanto o viés metodológico de análise se deram pelo prisma didático de apresentação das categorias, já que um dos objetivos da pesquisa é que tais categorias sirvam de suporte a professores e alunos. As conclusões advêm, portanto, não da aplicação adequada (ou não) da paráfrase ou das categorias analisadas, mas dos efeitos de sentido provocados pelas escolhas das estratégias operadas pelos sujeitos. Concluímos em favor da produtividade (ou não) da paráfrase e pela sua aplicabilidade (ou não) nas salas de aula. É preciso esclarecer ainda que nem todas as categorias estarão presentes nas redações. Nos casos aqui analisados, redações que têm por base uma coletânea, a paráfrase referenciadora (a que remete a algo anteriormente dito ou a outro texto, e o presentifica) é a mais reveladora. Já a paráfrase modalizadora faz parte de gêneros mais interativos, como verificado por Ribeiro (2001). No entanto, as categorias só explicitam os tipos de paráfrase, o que em muito acrescenta, sem dúvida, mas, interessa, sobretudo, é observar a presença de um sujeito manipulador de sentido na atividade parafrástica.

Apresentamos, inicialmente, a primeira redação, denominada de TEXTO A, objeto de nossa análise:

TEXTO A

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos do Brasil. Liberdade de direito, pois a liberdade de fato não foi consumada. Os afrodescendentes continuaram marginalizados, tornando-se vítimas do preconceito, fruto de séculos da escravidão negra.

A falta de assistência aos escravos recém-libertos, como políticas de inserção social, levou a situação que se observa na atualidade. Da minoria mais rica, poucos são os indivíduos pardos ou preto, sendo a maioria esmagadora branca. Já na ala mais pobre da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior entre os pobres, proporcionalmente falando, do que negros e pardos entre os ricos. Percebe-se,

ironicamente, que a pobreza, no Brasil, é mais democrática que a riqueza. O caminho para mudar essa situação passa pela educação do povo, para que sejam derrubados os pilares que sustentam o preconceito e que também servem de alicerce para as injustiças sociais, e o principal desses pilares é a ignorância.

Faz-se necessário democratizar a riqueza, tirá-la das mãos dos poucos que a concentram e melhor distribuí-la entre todos, independente da cor da pele, como se fosse um “Robin Hood” moderno. Esse “Robin Hood” serviria para complementar, mesmo que tardiamente, a Lei Áurea, dando a todos a liberdade de fato, liberdade essa que só pode ser conquistada através de uma maior justiça social.

Nesse Texto A, o sujeito trabalha seus argumentos a partir de um “jogo de contrários” ao respaldar-se em argumentos dicotômicos – *maioria-minoria*, *pobres-ricos* e *negros-brancos* –, para traçar a discussão em direção à tese levantada sobre a questão do preconceito e da injustiça a que estão submetidos os negros no Brasil. Esse “jogo de contrários” percorre, de um modo marcante, todo o texto. Via de regra, esse sujeito suscita para essa fundamentação, argumentos presentes na memória histórico-social do país, a saber: a condição de escravidão a que o negro esteve submetido, a sua alforria pela Lei Áurea; enfim, o papel marginal que tem sido imposto a esse grupo social desde a sua chegada ao Brasil e que continua a prevalecer. Admite, ainda, que não houve a preocupação de um reparo dessa situação. Assim, o objetivo do sujeito é seduzir e persuadir para a questão proposta e desenvolvida, isto é, de que há “injustiça social no Brasil”, no que tange à condição de existência dos afrodescendentes. Para tanto, realiza toda a sua argumentação em torno dos indicadores econômicos que revelam a disparidade sócio-econômica entre negros e brancos no Brasil. Esses indicadores encontram-se no texto da coletânea, ou seja, a fundamentação desse texto é realizada quase que totalmente a partir de dados e/ou argumentos apresentados na coletânea.

A paráfrase, nesse texto, ganha contornos de um novo dizer, cuja *performance* discursiva é de apropriação do texto fonte e não de sua repetição ou remissão. Ela cumpre o papel fundamental de realizar essa atividade

eminentemente discursiva de elaboração textual. Ao buscar o “jogo de contrários”, o sujeito além de marcar o diferencial em relação à coletânea, constitui a sua marca de subjetividade, ou seja, o modo pelo qual o sujeito tenta estabelecer a relação com a coletânea revela uma singularidade do enunciador e um lugar de relevo para o qual pretende dirigir o foco de atenção do leitor, que é a questão da injustiça social. O efeito de sentido provocado é de um certo “tom” inusitado que se evidencia num “quadro” de elaboração textual cujas retomadas e avanços acontecem numa “discussão” que revela a “imagem” que se quer (ou se tenta) passar; nesse caso, o “quadro” de disparidade existente entre negros e brancos no Brasil.

O TEXTO B, nosso outro objeto de análise, se nos apresenta diferente:

TEXTO B

Os problemas sociais aos quais a população mundial está cada vez mais exposta e desprotegida são inegavelmente visíveis e perturbadores. Avançamos, claro. Contudo, algumas questões ainda nos fazem refletir sobre até que ponto nós podemos nos considerar evoluídos. Analisemos:

Já há algum tempo, o Brasil comanda uma missão de paz no Haiti, praticamente exterminado por uma guerra civil. Lá, os índices de pobreza são altíssimos, e a miséria não pára de crescer. No entanto, em meio a toda essa problemática, nota-se um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.

Além da miséria a qual estão submetidos, os atos racistas ainda são cometidos brutalmente.

Trazendo essa questão para territórios brasileiros, notamos pouca diferença. Os índices de pobreza são muito maiores em regiões onde a etnia negra é predominante. Estatísticas revelam que, no Brasil, dentre o 1% mais rico da população, 88% são brancos.

Diante de tudo isso, uma pergunta é óbvia: como o Brasil pode liderar uma missão de paz em territórios alheios levando-se em consideração nossos índices socioeconômicos? Evidentemente, alguns de nossos líderes preferem fechar os olhos a tamanha incompatibilidade e viver em uma realidade utópica inexistente.

Ao contrário do texto anterior, o sujeito/ autor do Texto B não elabora a sua argumentação a partir da dualidade entre brancos e negros, no que se refere à situação social. O enunciador, aqui, assume o tema proposto: “a injustiça social no Brasil” a partir da perspectiva mundial. Com essa abordagem, apresenta a situação do negro no Haiti para compará-la com a do negro no Brasil. Além disso, esse sujeito acredita nos avanços na resolução dos problemas sociais, apontando a questão do negro como um dos problemas ainda não resolvidos. Na sequência da sua argumentação, inicia o texto discutindo a injustiça social dentro de um quadro mundial, remete ao Haiti, chega ao Brasil, mas ao final do texto questiona as missões de paz do Brasil a outros países, ou seja, volta à questão mundial. Já o sujeito/ autor do Texto A fixa-se na questão do negro no Brasil, iniciando e finalizando sua argumentação com injunções sobre a Lei Áurea.

Sobre as categorias de paráfrase encontradas nos dois textos, cabe dizer que: no Texto A - além da paráfrase referenciadora (remissão ao texto de Luís Mir e a partes no interior do próprio texto) -, há também a presença da paráfrase explicativa e explicitadora, além da exemplificadora. No Texto B - entretanto, só foram encontrados fatos de paráfrase referenciadora, isso não é de se estranhar, já que, quando se trata de retomadas e reformulações, a estratégia argumentativa de base é, sem dúvida, a referenciação (seja de dados da coletânea, seja de outros elementos do texto).

No Texto A, segundo Ribeiro (2001, p.132), a categoria de paráfrase explicativa é aquela que busca definir o sentido de uma palavra e - a paráfrase explicitadora - tem a função de definição e/ou precisão de informações presentes em um enunciado. A diferença crucial entre as duas categorias é que enquanto a explicativa delimita o alcance de um termo, a explicitadora precisa enunciados maiores no texto, ocupando-se do andamento do discurso. Observe que, na introdução do texto, o sujeito fala em “liberdade” concedida aos escravos:

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos do Brasil. Liberdade de direito, pois a liberdade de fato não foi consumada.

Portanto, ao retomar do seu próprio texto a palavra “liberdade” e explicá-la: “Liberdade de direito”, o sujeito/ autor delimita-a, a partir do ponto de vista a ser desenvolvido no texto, produzindo aí uma paráfrase explicativa. Já quando explicita o enunciado: “pois a liberdade de fato não foi consumada”, o enunciador precisa os limites da informação contida no enunciado anterior, através de uma paráfrase explicitadora, posto que essa liberdade não é ampla e nem total. Em princípio, a palavra “liberdade” poderia criar no leitor a idéia de que o negro alcançou uma condição plena e totalitária, trazendo, a reboque, outras possíveis significações, tais como: ter chegado ao patamar do branco em termos sociais e econômicos, o que para o autor, não é verdadeiro. Para esse sujeito/ autor o negro alcançou apenas a “liberdade de direito”, perceba que ao final do texto expõe seu ideal de liberdade:

“a liberdade de fato, liberdade essa que só pode ser conquistada através de uma maior justiça social.”

Por isso, conclui a sua redação expressando explicitamente o que entende por “liberdade de fato”. E, nesse caso, já se utiliza novamente da paráfrase explicitadora, precisando as informações.

Outra categoria, a paráfrase referenciadora aparece neste Texto A, principalmente, em seu aspecto de remissão, fato que se explica pela obrigatoriedade da retomada da coletânea. De tal modo que, boa parte da argumentação é realizada com tais elementos/ argumentos:

TEXTO DA COLETÂNEA

“[...] a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras etnias brancas -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.”

PARÁFRASE

“Da minoria mais rica, poucos são os indivíduos pardos ou preto, sendo a maioria esmagadora branca. Já na ala mais pobre da sociedade, os negros e pardos são a maioria, porém os brancos têm uma participação maior entre os pobres, proporcionalmente falando, do que negros e pardos entre os ricos. Percebe-se, ironicamente, que a pobreza, no Brasil, é mais democrática que a riqueza.”

É necessário destacar que esse trecho também foi abordado como exemplo de uma paráfrase explicitadora. Porém, na relação deste com a coletânea, evidencia-se aí uma paráfrase referenciadora. Tal aspecto abordado não coloca em xeque a análise anteriormente proposta, até porque, como afirma Ávila (2002) em sua dissertação intitulada *Quem conta um conto, aumenta [ou diminui] um ponto [...]* “a paráfrase exerce diferentes funções num só tempo”, significando, portanto, que as categorias se mesclam e se imbricam. Evidencia-se, assim um dos aspectos da referenciadora, isto é, o seu papel de remissão ao texto matriz, que não diz respeito à relação da palavra com a realidade concreta, mas sim ao processo de referenciação. Apesar da obrigatoriedade dessa retomada da coletânea, isso não tolhe a sua criatividade e a reorganização textual por ele proposta, ou seja, a ocorrência se dá mediante uma “atualização” de argumentos por parte do sujeito/ autor, numa clara demonstração da subjetividade presente no texto.

No Texto B, um fato que chama à atenção é o aspecto “resumitivo” da paráfrase referenciadora, aparecendo em mais de um ponto do texto:

No entanto, em meio a toda essa problemática, nota-se um fato ainda mais alarmante: a pobreza concentra-se entre negros.

Trazendo essa questão para territórios brasileiros, notamos pouca diferença.

Diante de tudo isso, uma pergunta é óbvia: como o Brasil pode liderar uma missão de paz em territórios alheios levando-se em consideração nossos índices socioeconômicos?

Nesses enunciados, segundo Ribeiro (2001), evidencia-se o outro aspecto da categoria referenciadora, o caráter resumitivo, que cumpre a função de remeter a um enunciado anterior, no sentido de “fechamento/ amarração/ conclusão” de toda uma discussão. O “efeito de fechamento” emerge como um processo avaliativo, ou seja, há matizes de subjetividade em torno das escolhas formais e sintáticas atravessando o processo parafrástico. A expressão “em meio a toda essa problemática” resume toda a abordagem referente aos problemas sociais, aos conflitos e aos índices de pobreza, em especial, no Haiti, onde o Brasil intervém diplomática e militarmente em uma missão de “paz”. Na sequência, os enunciados “essa questão” e “Diante de tudo isso” conferem ao novo dito consistência argumentativa, pois o uso dos demonstrativos esse e isso já fazem uma incursão intratextual (movimento anafórico). Entretanto, nesse caso, o sujeito almeja também manter viva uma “discussão” anteriormente realizada ou o “fechamento/ amarração” dos argumentos. Assim, introduz o assunto para depois retomá-lo, portanto, há primeiro uma “recapitulação” e a posteriori o resumo dos fatos. Os dados nos mostram que a paráfrase apresenta um papel relevante na atividade discursiva do sujeito na escrita, não se trata de mero acaso. Essa referenciação se apresenta como uma eleição/elaboração do que é “central”, isto é, a tese defendida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que nos textos do corpus – A e B – a diferença entre os dois foi marcante, o que aponta para fatores de subjetividade presentes nos textos. Os dados demonstram que a paráfrase exerce um papel fundamental, na qual a intencionalidade do sujeito não pode ser negada. Pensamos comprovar a hipótese de que a paráfrase não é mera atividade repetidora e sim um ato de (re)formulação, bem como responder à questão inicial sobre o papel do sujeito, pois mesmo quando retoma um dado da coletânea, ele o faz provocando um efeito de sentido diferenciado daquele do texto matriz. Nesse sentido, podemos afirmar com Perelman (1998, p.165) que as escolhas dos sujeitos “[...] incidirão tanto sobre as teses em que ele apoiar sua argumentação como sobre a maneira de formulá-las”. Vale frisar, que não estamos querendo dar conta da

atividade parafrástica, até porque investigamos de um lugar – o da escrita; analisamos um gênero – redação de vestibular; e de um ponto de vista – o da Linguística Textual.

Ao recorrermos às categorias de Ribeiro (2001), pudemos demonstrar que a paráfrase, enquanto atividade interativo-discursiva, determina diferenças ora marcantes, ora tênues em seu movimento. Às vezes, o sujeito recorre a estratégias explicativas, a exemplificação ou a explicitação de argumentos, etc, e são essas diferenças que determinam os efeitos de sentido produzidos. Por isso, acreditamos que essas categorias podem contribuir em uma análise/ produção de textos nas salas de aulas. Concluimos, por uma concepção de paráfrase num “quadro” contextual que envolve estratégias, meios e negociações, porque, como diz Bakhtin [1979] (2000, p.282), *a língua penetra na vida e a vida na língua*.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Retórica. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. Tradução de Celena M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, n.19, p.25-42, 1990.
- ÁVILA, C. C. F. Quem conta um conto, aumenta ou [diminui] um ponto: a paráfrase como articuladora de significado diferente em texto oral e escrito. 2002. 130f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, c1979, 2000. p. 274-326.
- DUCROT, O. Argumentação e *topoi* argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 1989. p.13-38.
- FLORES, V.; TEIXEIRA, M. Introdução à linguística da enunciação. São Paulo: Contexto, 2005. p. 28-87

FUCHS, C. La paraphrase. Paris: Press Universitaires de France, 1982.

FUCHS, C. A paráfrase linguística. equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução de João Wanderley Geraldi. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, n. 8, p.129-134, 1985.

HILGERT, J. G. A paráfrase na construção do texto falado: O caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, I. G. V. (Org.). Gramática do português falado: Desenvolvimentos. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002d, v. 6, p. 143-158.

JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. p.35-73.

KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002b.

KOCH, I. G. V. O texto e a construção dos sentidos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002c.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 311-351.

PERELMAN, C. Lógica jurídica: nova retórica. Tradução de Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REFORMULAÇÃO. In: MAINGUENEAU, D. Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 121-123.

RIBEIRO, N. B. A paráfrase: uma atividade argumentativa. 2001. 159f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2001.